



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**A Dívida Pública e a Desresponsabilização do Estado:
a percepção de uma experiência ligada às Finanças Solidárias**

Ricardo Gaspar Muller

rgasparmuller@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP)/UFSC,

Brasil

Luciana Raimundo

luciana.raimundo@ufsc.br

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP)/UFSC,

Brasil

RESUMEN

Neste artigo resumimos alguns argumentos sobre a crescente desresponsabilização do Estado brasileiro quanto aos deveres previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Em nome do pagamento da dívida pública brasileira, tem sido adotada a progressiva redução do atendimento de demandas básicas relacionadas à infraestrutura e à oferta de serviços de qualidade nas áreas da educação, saúde e assistência social. Na perspectiva de análise, a conquista da meta do superávit primário pelo governo se traduz na expropriação da riqueza produzida no Brasil, na redução ou corte dos investimentos nas áreas mencionadas e na transferência das obrigações previstas na CF/88 para o chamado terceiro setor. Os serviços públicos foram histórica e socialmente limitados e seletivos no Brasil. A universalização de serviços – como transporte, saúde, educação ou previdência –, direcionada aos setores populares, jamais foi completa e, mesmo quando conquistada a possibilidade legal de universalização, foi limitada pelo número de servidores e pelos escassos recursos direcionados para essas áreas. A estreita afinidade com o capital, organizado ou não em aparelhos de hegemonia, em geral é considerada a principal razão das limitações dos serviços públicos no Brasil, bem como a seletividade das políticas do Estado. A ampliação seletiva do Estado – ou seja, o aumento do atendimento das necessidades das classes dominantes em contraposição à



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

participação e às reivindicações da classe trabalhadora – acontece mediante a difusão de um projeto de sociedade por aparelhos privados de hegemonia, patronais e burgueses, integrados ao Estado brasileiro. Algumas organizações sociais passam a mediar interesses políticos e econômicos na esfera da sociedade civil, imprimindo uma atmosfera de segurança social, ambiental e, sobretudo, democrática. A falsa harmonia do funcionamento do sistema segrega e criminaliza a luta de setores populares que não se enquadram ao formato estabelecido e contribui para a reprodução do sistema capitalista. Realizamos também uma exposição do crescimento da dívida pública brasileira nos últimos anos, abordando a submissão do poder político do Estado brasileiro ao hegemônico poder econômico, representado por grandes corporações financeiras e instituições internacionais. Tomamos como base o estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, localizados na periferia da zona sul de São Paulo, no interior da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, conhecida também como União Popular de Mulheres (UPM) – experiência que vivencia os princípios da Economia Solidária. Por meio desse estudo, verificamos como são percebidas, pela comunidade organizada, as ações do Estado que visam o atendimento de demandas locais, as implicações envolvidas na realização de parcerias e/ou convênios junto ao Estado, e o horizonte de transformação tangenciado pelos trabalhadores daquela localidade.

ABSTRACT

This paper analyses briefly the growth of the Brazilian public debt in recent years, addressing the submission of Brazilian State's political power to the international hegemonic economic power. It discusses the payment of interest and loans amortization – in the detriment of the fulfilment of social demands, as defined in the Brazilian Federal Constitution (1988) –, the diminishment or loss of responsibility of the State and the new roles played by the so called third sector. In this sense, based upon the principles of Solidary Economy, it analyses a case study of the União Sampaio Community Bank, the Solano Trindade Popular Agency and the Campo Limpo Women Association, in the South boundaries of São Paulo, to scrutiny the perception of the organized community about the State's actions to deal with local problems and solve them, the implications of joint actions in



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

partnership with the State, and the possibilities envisaged by the working class for social transformation that this scenario might induce.

Palabras clave

Dívida pública, Estado, classe trabalhadora.

Keywords

Public debt, State, working class.

I. Introducción

Discutimos neste artigo a crescente desresponsabilização do Estado brasileiro quanto aos deveres previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Em nome do pagamento da dívida pública brasileira, tem sido adotada a progressiva redução do atendimento de demandas básicas relacionadas à infraestrutura e oferta de serviços de qualidade nas áreas da educação, saúde e assistência social. Nessa perspectiva, a conquista da meta do superávit primário pelo governo se traduz na expropriação da riqueza produzida no Brasil, na redução ou corte dos investimentos nas áreas mencionadas, e em outras, e na transferência das obrigações previstas na CF/88 para o chamado terceiro setor.

De acordo com Fontes (2010, p. 244), os serviços públicos foram histórica e socialmente limitados e seletivos no Brasil. A universalização de serviços – como transporte, saúde, educação ou previdência –, direcionada aos setores populares, “jamais chegou a ser completa e, mesmo quando conquistada a possibilidade legal de universalização, foi limitada pelo número de servidores e pelos escassos recursos direcionados para essas áreas”. A estreita afinidade com o capital, organizado ou não em aparelhos de hegemonia, é considerada por Fontes (2010, p.245) a principal razão das limitações dos serviços públicos no Brasil e da seletividade das políticas do Estado.

Para Fontes (2013), a ampliação seletiva do Estado –o aumento do atendimento das necessidades das classes dominantes em contraposição à participação e às reivindicações da classe trabalhadora – acontece mediante a difusão de um projeto de sociedade por aparelhos privados de hegemonia, patronais e burgueses, integrados ao Estado. Algumas organizações sociais passam a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mediar interesses políticos e econômicos na esfera da sociedade civil, imprimindo uma atmosfera de segurança social, ambiental e, sobretudo, democrática. A falsa harmonia do funcionamento do sistema segrega e criminaliza a luta de setores populares que não se enquadram ao formato estabelecido e contribui para a reprodução do sistema capitalista.

Diversas entidades – representadas nas figuras das Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Associações, dentre outras – têm realizado parcerias com o Estado brasileiro para obtenção de recursos financeiros. Na maioria dos casos, o objetivo é destinar esses recursos para atender demandas sociais percebidas localmente, suprimindo carências relacionadas à oferta de serviços básicos. Grande parte destas iniciativas funciona em conjunto com o Estado, onde ele parece não estar.

No artigo discutimos o crescimento da dívida pública brasileira nos últimos anos, abordando a submissão do poder político do Estado brasileiro ao poder econômico hegemônico, representado por grandes corporações financeiras e instituições internacionais. Tomamos como base o estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, localizados na periferia da zona sul de São Paulo, no interior da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, ou União Popular de Mulheres (UPM) – experiência que vivencia os princípios da Economia Solidária. Verificamos como são percebidas, pela comunidade organizada, as ações do Estado que visam o atendimento de demandas locais, as implicações envolvidas na realização de parcerias e/ou convênios junto ao Estado, e o horizonte de transformação tangenciado pelos trabalhadores daquela localidade.

II. Marco teórico/marco conceptual

A estrutura da dívida pública brasileira – interna e externa – sujeita formalmente a política nacional às orientações de corporações financeiras e instituições internacionais. A meta de superávit primário, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101, em vigor desde 4 de maio de 2000 –, prevê o direcionamento de parte significativa da riqueza produzida no país (o Produto Interno Bruto/PIB) – para os pagamentos de juros e amortizações da dívida. Dentre



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

os gastos primários estabelecidos pelo governo, além das despesas mencionadas, são contabilizados os investimentos em educação, saúde e assistência social.

Desde o primeiro semestre de 2015, a conjuntura política, econômica e social do Brasil esteve marcada por aumento de impostos, cortes fiscais e em investimentos sociais. A intenção do governo foi gerar, por meio de um plano de austeridade aplicado contra a população – em especial contra o mundo do trabalho –, saldo positivo nas contas públicas, i.e. o superávit primário, corroborando as determinações da LRF.

Apesar de sua relevância, o que torna pouco polemizado o problema da dívida pública brasileira é a falta de transparência nas negociações que mantêm o endividamento, a pouca ou nenhuma divulgação dos juros nominais efetivamente pagos, o sigilo em relação aos credores e a utilização de documentos secretos inacessíveis à população. Diversos mecanismos econômicos e contábeis são utilizados para o cálculo da taxa de juros e amortizações do estoque total da dívida, dificultando a compreensão por não especialistas.

O abandono, total ou parcial, do atendimento de demandas sociais deslegitima as ações do governo e a soberania do Estado. A utilização de aparelhos de endividamento público, principalmente após a crise financeira mundial de 2008 – iniciada com a crise imobiliária nos Estados Unidos e os modelos de investimento então vigentes –, evidencia a submissão do Estado e das políticas governamentais aos imperativos econômicos hegemônicos. No Brasil existem instrumentos – envolvendo o Tesouro Nacional e o Sistema da Dívida Nacional – destinados a beneficiar bancos privados e corporações financeiras e demais instituições, assegurando-lhes garantias e privilégios para fruírem os mais elevados juros do mundo (FATTORELLI, 2013, p.27).

Como exemplo, temos o mecanismo de venda de títulos da dívida mobiliária pelo Tesouro Nacional.¹ A venda desses títulos acontece apenas para um reduzido grupo de grandes bancos nacionais e estrangeiros, os *dealers*, que possuem preferência para a compra dos títulos leiloados em primeira mão. Ademais, o Tesouro Nacional passou a praticar a venda de títulos da dívida brasileira em taxas fixas, superiores à própria selic para os *dealers*. Segundo estudo realizado por

¹ A dívida pública mobiliária consiste de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Não confundir com dívida imobiliária.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Fattorelli (2013, p.49), no dia 19/04/2012 – quando a taxa selic caiu a 9% ao ano –, os títulos da dívida brasileira foram vendidos a taxas superiores, alcançando 10,79% ao ano. A explicação fornecida por órgão oficial é a ameaça de fuga contínua de capital, tendo o Tesouro Nacional o dever de tornar atraentes os títulos da dívida para evitar que os *dealers* deixem de comprá-los.

Em 2014 as despesas com juros e amortizações da dívida pública federal somaram R\$978 bilhões, ou seja, 45,11% do Orçamento Geral da União (OGU). Para a saúde foram destinados apenas 3,98%, para a educação 3,73% e para assistência social 3,08%. No quadro geral da divisão dos recursos do PIB brasileiro, a educação e a saúde receberam juntas menos de 8% da riqueza produzida. De janeiro a setembro de 2015, o estoque total de títulos da dívida emitidos pelo Tesouro Nacional cresceu R\$ 600 bilhões, saltando de R\$3,2 trilhões em janeiro para 3,8 trilhões em setembro. Para 2016 está previsto quase 50% do OGU apenas para pagamento de juros e amortizações da dívida (FATTORELLI, 2015).

Segundo Fattorelli (2015), atendendo as obrigações de uma dívida odiosa e ilegal, o Estado burguês mantém o Sistema da Dívida em funcionamento, alegando a possibilidade do aumento do risco-país no caso de não pagamento. Assim, torna-se necessária uma auditoria da dívida pública – prevista, inclusive, no artigo 26 da CF/88.

Em 14 de janeiro de 2016, o Diário Oficial da União (DOU) divulgou o veto da presidência para a emenda incluída no Plano Plurianual (2016-2019), que previa a realização de uma auditoria da dívida, contando com a participação de diversas entidades da sociedade civil. A emenda foi proposta pelo deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e acatada pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Com a não realização de uma auditoria e a continuidade dos planos de austeridade – a fim de atingir a meta de superávit primário pelo governo –, prossegue o sucateamento das condições de educação e saúde no país como justificativa para a efetivação de novas parcerias público/privadas (PPP), visando sanar as deficiências dos órgãos públicos. Neste contexto, o incentivo dado ao crescimento do terceiro setor no Brasil por meio da oferta de recursos financeiros torna-se polêmico



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

– afinal, esta escolha pode significar a desresponsabilização do Estado no que se refere ao cumprimento de suas obrigações.

O termo *terceiro setor* – utilizado na sociologia para definir iniciativas privadas de utilidade pública originárias na sociedade civil – é uma área composta por Associações, ONGs, OSCIPs e demais entidades filantrópicas, sem fins lucrativos. Segundo Fontes (2010, p. 257), desde o início da década de 1990 o processo de mercantilização da filantropia converteu as organizações populares em instâncias de “inclusão cidadã”, com intensa atuação governamental e crescente direção empresarial. Em 1991, Herbert de Souza (Betinho) reconheceu que “as ONGs brasileiras se desenvolveram contra o Estado”. Isto aconteceu porque o Estado era o contrário destas organizações, consideradas “honestas, competentes, pequenas, flexíveis e eficientes. Tinham todas as vantagens para substituir o Estado corrupto, incompetente, gigante, burocrático e ineficiente” (SOUZA, 1991, p.7).

Assim, nossa proposição é a de que, atualmente, seguindo a cartilha liberal do Estado Mínimo, o Estado brasileiro não se propõe a ampliar sua força de trabalho por meio da contratação de novos servidores públicos, a desenvolver instrumentos necessários para avaliação das demandas locais e a aumentar e aperfeiçoar as ações de intervenção. Confere algumas destas tarefas ao terceiro setor, por meio da distribuição controlada de recursos, a fim de que este trabalhe em uma relação de parceria, sanando parcialmente suas insuficiências, em geral premeditadas e deliberadas.

Para participar de certames organizados pelas diferentes esferas governamentais e angariar recursos financeiros advindos do poder público, as iniciativas privadas de utilidade pública necessitam estar regularizadas, portarem um número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e possuírem um estatuto.

III. Metodología

A Economia Solidária pode auxiliar na produção de novas formas de organização da vida coletiva, promovendo o desenvolvimento e utilizando, para tanto, tecnologias que atendam às demandas locais, valorizando os saberes e a cultura da região. Contraditoriamente ao que se espera de uma iniciativa sem cunho político e partidário, experiências dentro dos princípios da Economia



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Solidária podem auxiliar na emancipação e na formação crítica dos trabalhadores, ampliando sua leitura de mundo e realidade.

A Economia Solidária possui vasto campo e diversas experiências em diferentes localidades e momentos históricos. No Brasil, a Economia Solidária se intensifica na década de 1980, associada diretamente a setores populares da sociedade civil, aliando militantes de movimentos sociais, trabalhadores, comunidade científica e gestores públicos, entre outros.

Sua organização acontece de forma gradual. Com o passar dos anos, fortaleceu diferentes redes de apoio como, por exemplo, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG), a Cáritas, a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Cooperativas) e a Agência de Desenvolvimento Social (ADS), ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT); a rede de incubadoras de cooperativas da UNITRABALHO e de Incubadoras Universitárias. A Rede de Economia Solidária (RES) se forma diante do aumento no Brasil de iniciativas que incorporam os princípios da Economia Solidária, (a fim de) unir integrantes do mesmo segmento e conectar os elos das cadeias produtivas e fortalecer as iniciativas (pelo) compartilhamento das diversas experiências (RAIMUNDO, 2014, p.28).

Diante das dificuldades geradas pelos cortes orçamentários, falta de liquidez em determinadas regiões, impossibilidade de empréstimos ou alta taxa de juros praticada no mercado de crédito para extratos da população, surgem experiências dentro do contexto da Economia Solidária, conhecidas como Finanças Solidárias. De acordo com Singer (2009, p.69) o sistema financeiro é composto basicamente por três esferas: uma capitalista, formada por intermediários financeiros, como bancos, companhias de seguros e corretoras que objetivam ganhos por meio de lucro e juros; outra, estatal, composta por bancos federais e estaduais, que não deveriam visar lucros, mas a prestação de serviços à população e a terceira composta por uma grande variedade de intermediários financeiros, dos quais uma parcela funciona segundo os princípios das Finanças Solidárias, sem tendências lucrativas e voltadas ao atendimento das necessidades dos sujeitos. As principais ferramentas das Finanças Solidárias, ou seja, as cooperativas de crédito e os bancos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

comunitários – e seus instrumentos característicos, as moedas sociais e os fundos rotativos –, no atual contexto, são utilizados para dinamizar a circulação do dinheiro, devolvendo liquidez a determinadas regiões (RAIMUNDO, 2015, p.47).

Essas iniciativas são permeadas pelos princípios da Economia Solidária: a autogestão; a gestão democrática; a cooperação; a centralidade do ser humano; a valorização da diversidade, do saber local, da aprendizagem e formação permanente; a emancipação; a justiça social na produção e o cuidado com o meio ambiente. Também encontram-se permeados pelos princípios das Finanças Solidárias: o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças, a partir de uma política autogestionária; financiar seus membros e não concentrar lucros por meio de altos juros, favorecendo o acesso popular ao crédito; descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário com a utilização de moedas sociais; empoderamento financeiro da comunidade; controle e regulação dos fluxos financeiros a fim de cumprirem seu papel de meio na atividade econômica (FBES, 2013).

IV. Análisis y discusión de datos

A pesquisa, em cujos resultados este artigo se baseia, consistiu em um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, situados no Jardim Maria Sampaio, subprefeitura de Campo Limpo, na zona sul da cidade de São Paulo, região com aproximadamente 1,4 milhões de habitantes, 13% dos habitantes da cidade. O Banco Comunitário formou-se com o apoio da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências (UPM), que há cerca de quatro décadas atua no bairro (RAIMUNDO, 2015). Fruto de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), o Instituto Palmas, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP) e o Movimento de Moradia – por intermédio do projeto “Economia Solidária e Movimento de Moradia: Desenvolvimento Local Solidário para as Regiões Periféricas de São Paulo” –, nasceu em 2009, junto a outros quatro bancos comunitários em distintas partes da cidade (BERGAMIN, 2011, p.3).

O Banco Comunitário União Sampaio vem oferecendo serviços bancários à população local e adjacente, interligando os sistemas de crédito, produção, comércio e consumo. Possui a moeda



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

social Sampaio S\$, equivalente a R\$1,00. Estimula o desenvolvimento dos EES locais, e, além do crédito, oferece capacitação profissional para os trabalhadores, fortalece as redes de produção e consumo, reorganizando a economia em ciclos de realimentação. O consumo consciente estimula a produção local. A renda gerada pela venda dos produtos dos EES melhora os investimentos necessários à produção, a qualidade de vida dos trabalhadores e impulsiona o desenvolvimento local. Assim, o incremento na renda estimula o consumo, realimentando o ciclo mencionado.

Possui diferentes linhas de crédito: *Crédito Consumo*, *Crédito Produtivo*, *Crédito Puxadinho* e *Crédito Cultural*. A taxa de juros é baixa, em muitos casos inexistentes. Em 2012, com três anos de existência, o Banco Comunitário havia atendido cerca de 200 famílias com uma carteira de crédito de R\$10.000,00, sendo 90% dos créditos liberados para mulheres, muitas delas mães solteiras e, portanto, arrimos de família. Em cinco anos de gestão coletiva, o Banco Comunitário foi responsável pela circulação de R\$ 100 mil, num total de 285 empréstimos para famílias moradoras do bairro Jardim Maria Sampaio e entorno; 72% deste valor foi concedido a mulheres e 28% a homens, tendo os empréstimos o valor médio de R\$500,00. Atualmente 40 estabelecimentos comerciais do bairro aceitam a moeda social Sampaio (RAIMUNDO, 2015, p.246).

O Banco Comunitário também promove atividades culturais, viabilizando produções artísticas como edição, impressão e divulgação de livros de poetas e escritores da região; gravação de cds de músicas e apresentações culturais. Para atender a este tipo de demanda foi criada a Agência Popular Solano Trindade,² cujo principal objetivo tornou-se a articulação de uma rede de trocas de contatos e serviços ligados à arte, à cultura e ao lazer, utilizando como intermediário a moeda social Solano, que não possui conversão em Real. A ideia inicial era trocar serviços, equipamentos e apresentações, tomando-se a hora de trabalho ou locação de bens como unidade de troca, com valor definido em 20 Solanos. No entanto, verificou-se a importância de os coletivos terem autonomia em suas articulações, podendo optar pelo uso de Solanos, Reais ou permuta direta.

² Solano Trindade (1908-1974) – poeta brasileiro, folclorista, pintor, ator, teatrólogo e cineasta – foi homenageado pelos criadores da Agência Popular de Fomento à Arte, no Jardim Maria Sampaio. Viveu durante muitos anos em Embu, São Paulo, e foi um dos principais artistas responsáveis por sua transformação em um polo artístico. O município passou a se chamar oficialmente Embu das Artes a partir de 2011.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Outras ações, além das já citadas, são desenvolvidas na UPM. Na área da saúde, oferecem atendimento psicológico e acompanhamento de saúde por meio de um consultório popular, onde atuam enfermeiras e médicas voluntárias, realizando atendimento social à população local. Organizam também oficinas de alimentação natural e cursos de utilização de ervas medicinais.

Na área da educação, o Movimento de Alfabetização (Mova) alfabetiza jovens e adultos da comunidade. É oferecido também acompanhamento escolar para crianças da primeira a quarta séries, assim como a formação de educadores, por meio de palestras e cursos voltados à Educação Popular. As ações profissionalizantes envolvem oficinas de artesanato e de corte e costura, destinadas à profissionalização do trabalho da mulher.

V. Conclusiones

Segundo Zizek (2012, p.18), há muito tempo pessoas comuns não discutem a natureza do sistema no qual vivem, afinal, já não o observam como natural ou inevitável. A repercussão negativa das ações dos governos brasileiros desde 1988, referente à não auditoria da dívida pública, à retenção de cerca de 50% do PIB para pagamento da dívida pública, e os consequentes cortes nas áreas da educação, saúde e assistência social, pode mobilizar parte da população, já que, segundo Gramsci, contextos como este exprimem uma circunstância onde o bem-estar é ameaçado pelo “egoísmo mesquinho de um grupo adversário” ou porque o mal-estar tornou-se intolerável, não encontrando na sociedade nenhuma forma legal de superação para o “estabelecimento da normalidade” (GRAMSCI, 2000, p.45).

Romper com o modelo econômico/político existente pressupõe a formação da classe trabalhadora, de modo que esta conceba um novo projeto de sociedade. É urgente que a classe trabalhadora se reconheça como classe. A experiência supracitada e outras igualmente contemporâneas – como, por exemplo, o movimento dos secundaristas, mobilizados contra o governo do Estado de São Paulo na desaprovação da reorganização escolar em 2015, o movimento contra as Empresas Brasileiras de Serviços Hospitalares (Ebserh), e as manifestações contra alterações no regime de previdência – levam os sujeitos a identificarem projetos de sociedade distintos dos seus. Essa percepção facilita a recuperação do sentimento de pertencimento de classe.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As tentativas de diálogo com o Estado pela iniciativa estudada têm como objetivo garantir os direitos da população periférica, sendo as articulações realizadas junto a ele uma estratégia para a conquista de recursos financeiros e, em alguns casos, para elaboração e implantação de políticas públicas determinadas. Essa dinâmica, segundo Gramsci, pode ser considerada uma luta por participação nas esferas político-jurídica e administrativa da sociedade, indicando possibilidades de expansão e coordenação dos interesses gerais com os interesses de outros grupos, na disputa por hegemonia. No entanto, ela não corrobora as diretrizes do governo. Fazemos esta constatação analisando falas como: “Não queremos ser incluídos ou incluir alguém” e “Estamos construindo outros valores que preservem as relações humanas. Assim construiremos outra sociedade, mais solidária”.

O grupo não pretende construir acordos interclasses com o Estado. A articulação é realizada de forma crítica, em busca de auxílio para o desenvolvimento de projetos. Compreendem que são recursos públicos que necessitam ser investidos na região, pois não o seriam pelas diferentes vias de distribuição. O Mova é um exemplo de projeto que utiliza recursos estatais, porém nega a ideologia neoliberal hegemônica no contexto da educação. A base didático/pedagógica utilizada é orientada pelos métodos de Paulo Freire, associados a suas propostas de pedagogia da libertação e à do oprimido.

A percepção dos trabalhadores/militantes da UPM é a de que vivemos um momento de nossa vida social em que precisamos decidir que democracia desejamos. Na visão de Gramsci, os trabalhadores, percebendo-se como classe e reais produtores de riqueza conduziram o processo catártico, do contrário não poderiam engajar-se numa luta revolucionária. Tal processo constitui o tempo em que uma classe supera seus interesses econômico-corporativos e se eleva a uma dimensão universal. Pode ser considerado como o equivalente gramsciano da passagem da “classe em si” a “classe para si” em Marx. É o momento em que a classe deixa de ser puro fenômeno econômico corporativo para converter-se em sujeito consciente da história (COUTINHO, 2011, p.20).

Não obstante, o problema da revolução, segundo Hobsbawm, consiste em tornar uma classe, até então subalterna, capaz de produzir hegemonia, levando-a a acreditar em si e a ser vista como uma classe dominante pelas demais (Hobsbawm, 2011, p.294).



VI. Bibliografía

BERGAMIN, Marta de Aguiar. “Moeda social em São Paulo: inventando novos arranjos comunitários”. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. SBS: Curitiba, 2011.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 19 jan. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. “Gramsci e nós”. In: BIANCHI, Álvaro. **Gramsci no Brasil. Seleção de textos**. Bologna: II Mulino, 2011.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Ciclo de juro no Brasil. Auditoria Cidadã da Dívida**. 30/10/2015. Disponível em: <www.auditoriacidada.org.br/ciclo-de-juros-no-brasil> Acesso em 18 jan. 2016.

_____. **Auditoria cidadã da dívida dos Estados**. Brasília: Inove Editora, 2013.

_____. “Há um sistema da dívida pública”, critica Maria Lucia Fattorelli. Sul 21, 16/11/2012. Disponível em: www.sul21.com.br/jornal/ha-um-sistema-da-divida-publica-critica-maria-lucia-fattorelli Acesso em 18 jan. 2016.

FELTRIM, Luiz. Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski (Coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

FONTES, Virgínia. “A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo”. In: **Crítica Marxista**. Campinas, n. 36, p. 103-113, 2013.

_____. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60 Acesso em 23 jan. 2016.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

GRAMSCI, Antônio. Caderno 13 (1932-1934): “Breves notas sobre a política de Maquiavel”. In: **Cadernos do cárcere: Maquiavel notas sobre o Estado e a política**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOBSBAWM, Eric John. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm Acesso em 19 jan. 2016.

RAIMUNDO, Luciana. **Finanças Solidárias e a luta contra hegemônica**: um estudo de caso. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2015.

_____. **Finanças Solidárias e a luta contra hegemônica**: um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, 240 f..

_____. **Contribuições das Ciências Sociais na abordagem da Economia Solidária**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Florianópolis: Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012, 124 f..

SINGER, Paul. “Finanças Solidárias e Moeda Social”. In: FELTRIM, Luiz. Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski (Coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

SOUZA, H. de (Betinho). **As ONGs na década de 1990**. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro: ISER, n. 41, ano 10, 1991.

Tutorial da União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências. União Popular de Mulheres (UPM). S/d. Disponível em: www.uniaopopmulheres.org.br Acesso em 22 abr. 2014.

ZIZEK, Slavoj. “O violento silêncio de um novo começo”. In: HARVEY, David (et al.). **Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. S. Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2012.